

2º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE & AMBIENTE:

Desenvolvimento, conflitos territoriais e Saúde:

ciência e movimentos sociais para a justiça ambiental nas políticas públicas.

19 a 22 de outubro de 2014

Minascentro: Belo Horizonte, Minas Gerais

Eixo 3: Direitos justiça ambiental e políticas públicas:

**PERCEPÇÃO DE GESTORES E PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DA
POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA BENEFICIÁRIA
DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA**

Viviane Helena de França¹

Virgínia Torres Schall²

Ulisses Eugenio Cavalcanti Confalonieri³

Laboratório de Educação em Saúde e Ambiente –LAESA

Centro de Pesquisas René Rachou – CPqRR

Fundação Oswaldo Cruz Minas – FIOCRUZ Minas

¹ vivianehfranca@cpqrr.fiocruz.br

² vtschall@cpqrr.fiocruz.br

³ uconfalonieri@cpqrr.fiocruz.br

RESUMO: A erradicação da pobreza é um dos principais desafios socioeconômicos do Brasil, 8,5% da população são extremamente pobres, com renda per capita mensal menor ou igual a R\$70,00 reais. Em Ribeirão das Neves(RN), município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, é elevada a incidência da pobreza e a segregação espacial. O planejamento e a implementação de políticas públicas intersetoriais direcionadas ao enfrentamento da pobreza pressupõe integrar esforços entre os diferentes serviços públicos, profissionais e comunidade para melhorar a qualidade de vida. Com essa finalidade foi instituído em 2011 pelo governo federal o "Plano Brasil Sem Miséria" (PBSM), contemplando ações de transferência de renda e acesso aos diversos serviços públicos. Esse estudo investigou os processos implícitos à qualidade de vida da população em extrema pobreza de RN ao analisar os dados sociodemográficos desses sujeitos, contidos nos dados do Censo Demográfico de 2010, documentos oficiais de acesso livre do governo federal e dados vinculados ao Cadastro Único da Secretaria Municipal de Assistência Social; e entrevistou gestores e profissionais que atuam nos serviços públicos de Saúde, Educação e Assistência Social nesses territórios de extrema pobreza. Esses dados foram coletados e analisados sequencialmente. Os dados sobre o perfil sociodemográfico da população em extrema pobreza apontam incoerências quanto às estimativas estatísticas sobre o número de famílias beneficiárias do PBSM e em extrema pobreza, há elevado número de informações incompletas e/ou desatualizadas sobre essas famílias, dificultando a busca ativa e a continuidade no recebimento desses benefícios, e o acompanhamento desses sujeitos ao longo do tempo. As entrevistas de 27 gestores e profissionais que atuam no planejamento e/ou implementação das ações do PBSM revelaram processos institucionais vinculados às políticas públicas e a atuação nos territórios em extrema pobreza desarticulados das reais demandas dessa população, o que tem culminando em prejuízos na sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Territorialidade, Vulnerabilidade Social, Desigualdades em saúde, Desenvolvimento da Comunidade, Fatores socioeconômicos; Qualidade de Vida.

Trabalho originado do projeto de pesquisa “Avaliação do impacto do ‘Plano Brasil Sem Miséria’ na qualidade de vida da população em extrema pobreza do município de Ribeirão das Neves, Minas Gerais: Uma intervenção participativa”, e tese em desenvolvimento pela estudante Viviane Helena de França, sob a orientação do doutor Ulisses Eugênio Cavalcanti Confalonieri e co-orientação da doutora Virgínia Torres Schall, vinculada ao Curso de Doutorado em Ciências da Saúde, área Saúde Coletiva, pelo Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), Fundação Oswaldo Cruz Minas (FIOCRUZ Minas), e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

INTRODUÇÃO

Vários estudos tem destacado a necessidade do redimensionamento do conceito da pobreza enfocando em sua análise um olhar ampliado sobre a dinâmica local do território, a infraestrutura urbana, acesso aos diferentes dispositivos para suprimento das necessidades básicas dos sujeitos, garantindo possibilidades de uma condição de vida satisfatória e digna.

Ao abordar a multidimensionalidade da pobreza, Stotz (2005) conceitua esse fenômeno como algo aparentemente simples, se o consideramos em oposição à riqueza, ou seja, quando prevalece uma situação pessoal ou familiar, na qual a vida desses sujeitos é marcada pelos prejuízos decorrentes das lacunas e/ou a inexistência do suprimento das condições e necessidades básicas pautadas em parâmetros mínimos, essenciais e socialmente aceitáveis para um determinado momento histórico. Jara, Hidalgo e Hansen (2011) corroboram com essa noção ao definirem o termo pobreza, em linhas gerais, como um parâmetro fundamentado na receita e na capacidade de aquisição de uma cesta básica de alimentação, sendo essa medida também utilizada em algumas análises para selecionar as pessoas e famílias em precárias condições de vida e vulnerabilidade social visando à distribuição de benefícios junto a essa população.

Mattei (2012) ressalta que o conceito de pobreza não envolve somente uma situação marcada pela privação de renda, mas inclui questões relacionadas ao acesso aos recursos materiais, bens e serviços sociais diversos como saúde, educação, alimentação, nutrição, saneamento básico e habitação. Para esse autor não se pode considerar pobres apenas aquelas pessoas que são desprovidas de renda e dos recursos fundamentais para manutenção adequada das condições de vida. A situação de vida na pobreza se encontra associada a outros fatores de vulnerabilidade social presentes nas famílias desses grupos, incluindo o precário acesso aos serviços sociais básicos e aos bens materiais, assim como falta de oportunidades para suprimento de uma dieta alimentar, cuidados adequados na área de saúde, acessos à educação, formação e capacitação para a inclusão produtiva e apoio social. Esses aspectos em conjunto e articulados permitem, ou não, aos sujeitos vivenciarem o seu desenvolvimento potencial, e em certa medida participarem ou não, da sociedade, e serem incluídos socialmente, ao exercerem obrigações, usufruírem dos direitos sociais, e estabelecerem relações contextualizadas integradas na realidade da comunidade, incluindo o atendimento as suas várias demandas para a qualidade de vida.

Do ponto de vista metodológico, para se analisar as condições de vida na situação de pobreza, e os processos implícitos a esse ciclo de privações em determinada realidade, é imprescindível compreender as diferentes formas e possibilidades de abordar e adequar tais fenômenos ao diagnóstico sobre os vários aspectos da realidade, considerando a identificação das múltiplas dimensões sociais, objetivas e subjetivas, articuladas ao território, que se manifestam na qualidade de vida. Esse tipo de abordagem, associada à análise do

fenômeno da pobreza, aos dispositivos de acesso e infraestrutura urbana presentes no território da comunidade, visa compreender a realidade nessas situações precárias sob os vários aspectos e dimensões inerentes à qualidade de vida experimentada e compartilhada por esses grupos sendo. É, portanto, uma possibilidade de elucidar os principais problemas e falhas inerentes aos processos institucionais relacionados ao planejamento e implementação das políticas públicas. O diagnóstico sobre as características presentes em cada contexto é imprescindível para delimitar as causas das privações no acesso e ausência de oportunidades, e as consequências sentidas por esse público em decorrência das situações de vida marcadas pela desigualdade social (Mattei, 2012; Medeiros, 2012).

Nesse sentido, repensar a noção de distribuição social inclui abordar a análise das situações de pobreza e vulnerabilidade social em associação à qualidade de vida, considerando as diversas medidas sobre o atendimento às necessidades básicas dessas famílias. Promover melhorias relacionadas ao enfrentamento da pobreza, ressaltando os aspectos da qualidade de vida desses grupos, representa um grande desafio no sentido de diminuir ou minimizar as manifestações de desigualdade social experimentadas no território, fornecendo subsídios para um coerente e sustentável planejamento e implementação das políticas públicas universais em associação as políticas focalizadas.

Ao descrever sobre os processos implícitos à situação de pobreza e vulnerabilidade social, Amartya Sen (1995) apud Siqueiro-Batista e Schramm (2005), destaca que é preciso responder a questão: “Desigualdade de quê?”, e analisar “como” e “porque” essas disparidades sociais entre os grupos se comportam de determinado modo, resultando em contextos e territórios marcados por prejuízos e/ou perdas de bem-estar, e qualidade de vida. Esses autores ponderam que apesar do conceito de pobreza já ter sido observado e analisado sob um olhar e uma perspectiva ampliada, considerando questões objetivas de privação do bem-estar e reflexões subjetivas sobre essas realidades do não atendimento as necessidades básicas; é preciso definir um conceito para a pobreza que permita identificar “quem é pobre”, “o quanto essa pessoa é pobre”, e “contabilizar o nível dessa pobreza em relação ao total da população”.

No Brasil a “Linha de Pobreza” definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para classificar a população em extrema pobreza no país, estabelece, como unidade de análise, a renda familiar per capita de R\$70,00 (setenta reais) considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Observa-se no Censo de 2010 do IBGE, que o Brasil é um país emergente e apresenta como um dos principais desafios socioeconômicos a erradicação da pobreza, presente entre 16,27 milhões de brasileiros que correspondem a 8,5% da população.

Destaca-se desse modo, a vigência no país do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) em sintonia com a principal meta mundial dentre os “Objetivos para o Desenvolvimento do

Milênio," segundo as Nações Unidas, os quais têm por desafio o enfrentamento e a "Erradicação da pobreza extrema e a fome". O PBSM foi instituído no Brasil em junho de 2011 pelo governo federal, com a finalidade de elevar a renda e melhorar as condições de bem-estar da população brasileira, em especial as famílias que são extremamente pobres, ou seja, os "brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$70,00 por pessoa". Suas políticas e ações são implementadas em nível municipal, de acordo com as necessidades de cada realidade, contando com a contrapartida do governo federal em incentivos financeiros, apoio aos projetos locais, como consultoria e capacitação de recursos humanos, com a finalidade de implementar ações de "transferência de renda e acesso aos serviços públicos" como educação, saúde, assistência social, saneamento, energia e inclusão produtiva junto a população extremamente pobre.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), área dotada de um padrão centro-periférico de organização socioespacial que possui integrados 37 municípios e uma população estimada em 5.152.217 habitantes; o município de Ribeirão das Neves (RN), localizado a 40 quilômetros da capital, se destaca como uma região marcada por processos de ocupação do solo e o distanciamento entre ricos e pobres. A expansão da capital na direção dos espaços periféricos (opostos à zona sul - território da elite) inclui RN classificado como um município de elevado grau de integração a Belo Horizonte e apresentando 296.376 habitantes, na maioria compostos pela concentração de grupos sociais de baixa renda. Essa população sofreu as consequências da organização socioespacial desordenada da RMBH, em decorrência dos assentamentos marcados por processos de invasão, loteamentos de baixo custo sem infraestrutura urbana e alojamento de famílias em vulnerabilidade social; RN é marcada pela miséria, carência, exclusão social.

Nesse trabalho foram estudadas as ações do PBSM na área urbana de RN vinculadas ao contexto das famílias em extrema pobreza, com o objetivo de elucidar e identificar as principais questões implícitas as condições de sobrevivência nesses territórios e a qualidade de vida desses grupos. Para isso foram analisados dados sociodemográficos desses sujeitos, informações sobre os dispositivos de acesso e oportunidades para superar as condições de vulnerabilidade social, a disponibilidade de serviços públicos e políticas públicas nesses territórios, direcionados ao atendimento das demandas dessas famílias.

METODOLOGIA

Perfil sociodemográfico da população em extrema pobreza de Ribeirão das Neves

Para delimitar o perfil sociodemográfico da população extremamente pobre da RMBH, em especial de RN, e as políticas públicas e ações do PBSM vigentes, foram realizadas coletas de dados pela internet dos documentos disponibilizados pelos sites do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e do PBSM, com acesso

livre no Sistema de Informação “Relatórios de Informações Sociais”, pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em Gestão da Informação, e os documentos oficiais fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Quadro 1). Além desses dados foram disponibilidades e analisados os dados do perfil sociodemográfico da população em extrema pobreza beneficiária do PBSM em RN, por meio do acesso às informações do Censo 2010 e do Cadastro Único (CadÚnico) da Assistência Social, vinculado a essa Secretaria, mediante estabelecimento do Termo de Compromisso garantindo a preservação do anonimato desses sujeitos, conforme exigências do MDS. Esses dados do CadÚnico foram obtidos em janeiro de 2014 junto a gestão municipal. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do CPqRR e da Prefeitura Municipal de RN atendendo as exigências previstas na Resolução Nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

QUADRO 1- Documentos analisados sobre o Plano Brasil Sem Miséria e a população em extrema pobreza beneficiária de Ribeirão das Neves, MG – Junho/ 2013.

	TÍTULO	AUTORIA
1	<i>Vigilância Socioassistencial: Dados do 1º trimestre – Centro de Referência em Assistência Social de Ribeirão das Neves.</i>	Secretaria Municipal de Assistência Social; Superintendência de Proteção Social Básica de Ribeirão das Neves.
2	<i>Comitê Intersetorial de Acompanhamento do Programa Bolsa Família</i>	Secretaria Municipal de Assistência Social, de Educação, e de Saúde de Ribeirão das Neves.
3	<i>Breve relato sobre as famílias cadastradas no Programa Minha Casa Minha Vida</i>	Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves.
4	<i>Resolução CMAS/ RN Nº 02/2013 de 10 de Abril de 2013.</i>	Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves.
5	<i>O Brasil Sem Miséria no seu município: Ribeirão das Neves / MG.</i>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, maio 2013. Disponível em SAGI.
6	<i>Subsídios para elaboração do PPA Municipal: Ribeirão das Neves/ MG</i>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, jun. 2013. Disponível em SAGI.
7	<i>Cadastro Único para Programas Sociais: Formulário principal de cadastramento.</i>	Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Disponível em: <mds.gov.br>. Acesso: jun. 2013.
8	<i>A extrema pobreza no seu município: Ribeirão das Neves / MG</i>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, jun. 2013. Disponível em SAGI.

Entrevistas com gestores e profissionais de saúde, assistência social e educação

Foram entrevistados no total 27 gestores e profissionais que atuam nesses setores, sendo dentre esses 11 da área de saúde vinculados ao Departamento de Atenção Básica, 5 da área de educação e 11 da área de assistência social.

A princípio, foi estimada uma amostra de informantes-chave gestores e profissionais composta de 8 a 10 sujeitos que atuam nas políticas e ações do PBSM, em RN. Entretanto, durante a coleta de dados, a partir das falas dos primeiros entrevistados de cada setor e das visitas aos locais de trabalho desses profissionais no território da comunidade, verificou-se a necessidade de compreender melhor essa realidade e as ações implementadas nesses

espaços, ocorrendo indicação de novos entrevistados em cascata. Dessa forma foi alcançado o critério de saturação e encerrada a coleta dos dados perante a repetição das informações coletadas junto aos entrevistados, não justificando outras entrevistas.

As entrevistas foram realizadas empregando um roteiro semiestruturado, validado junto a três profissionais da Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, que atuam prestando serviços junto à população em extrema pobreza residente em aglomerados na capital. Para isso, realizou-se o protocolo de pesquisa na Secretaria Municipal de Assistência Social, e estabelecido o Consentimento oficial do projeto por esse Comitê de Ética, tornou-se possível validar esse instrumento. Após a transcrição e análises dessas três entrevistas, foram acrescentadas ao instrumento perguntas referentes aos seguintes subtemas: Ações e processos intersetoriais vigentes nessas secretarias municipais e no âmbito de atuação desses profissionais; estratégias associadas à busca ativa desses sujeitos em vulnerabilidade; processos instituídos nos territórios com relação ao PBSM.

Concluído o aprimoramento desse instrumento, realizou-se a coleta dos dados junto aos informantes-chave, dentre os gestores e profissionais, sendo esses entrevistados no local de trabalho, em sala restrita, sem interferência de outros sujeitos. As entrevistas foram gravadas em áudio em formato digital e apresentaram em média a duração de 90 minutos. Todos entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e relevância de sua participação, e assinaram o Termo de Consentimento.

As entrevistas foram transcritas manualmente. Para a análise foi realizada a leitura flutuante e exaustiva de cada entrevista e no conjunto, visando identificar as ideias relevantes e categorizar as falas. Associado a esse processo manual de análise foi empregado o software NVIVO como auxílio na organização dos dados. Após isso foram identificadas as categorias, e os dados trabalhados com a Análise de Conteúdo, temática.

RESULTADOS

Perfil sociodemográfico da população em extrema pobreza d Ribeirão das Neves

Segundo o Censo 2010 (IBGE) a população total de RN é de 296.317 habitantes, dentre esses, 10.315 compreendem o grupo de pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social devido à extrema pobreza. A Linha de Pobreza no município compreende atualmente, de acordo com IBGE, 3,5% da população. Dentre essas famílias, 0,8% residem no meio rural e 99,2% na área urbana, 54,6% são do gênero feminino e 45,5% masculino.

De acordo com o Censo 2010, dentre a população em extrema pobreza 43,9% não têm acesso à rede de esgoto ou fossa séptica, 7,2% não têm lixo coletado. São beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) 16.515 famílias consideradas em extrema pobreza, sendo

incluídas no CadÚnico, 2.725 famílias, as quais recebem o benefício específico de Superação da Extrema Pobreza (BSP).

Já os dados do CadÚnico municipal apresentam uma divergência quanto ao número de indivíduos cadastrados, 65.534 pessoas em situação de pobreza extrema (renda per capita menor ou igual a R\$70,00) sendo, no total, 18.401 famílias extremamente pobres.

Prevalecem dentre os dados do CadÚnico cadastros de 4.333 indivíduos apresentando informações imprecisas ou incorretas, impossibilitando o recebimento dos benefícios do PBSM, e dificultando a busca ativa dessas famílias, devido aos endereços incompletos, inexistentes ou desatualizados. Dentre esses sujeitos 61.201 dispõem de informações atualizadas no CadÚnico contendo dados pessoais e da família, o que equivale ao total de 16.340 famílias que podem ser acessadas por buscas ativas e recebem um ou mais dos benefícios vinculados ao PBSM. RN atualmente possui 7 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), entretanto esses são insuficientes para atender a demanda local. A “seleção” e implementação dos benefícios do PBSM junto a população pobre, ocorre principalmente pela busca voluntária dos chefes de família junto ao CadÚnico, procurando informações para obter o auxílio do PBF.

Percepção dos gestores e profissionais da saúde, assistência social e educação

Foram entrevistados 27 gestores e profissionais vinculados às Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação de RN. O perfil desses profissionais compreende idades entre 23 a 63 anos, a maioria entre 25 a 45 anos (19 entrevistados). Todos os gestores e profissionais possuem graduação, exceção aos 5 Agentes Comunitários de Saúde com ensino médio. Dentre os 22 entrevistados com graduação, 12 desses possuem Pós-graduação Lato Sensu. Quanto ao vínculo empregatício junto a Prefeitura Municipal: 6 são servidores públicos, 4 servidores em cargos comissionados, 4 contratados de cargos comissionados, 13 contratados por processos seletivos temporários.

Dentre os 11 entrevistados da Secretaria de Saúde: 2 são gestores da Superintendência de Atenção Primária (Programa de Alimentação e Nutrição e Referência Técnica de Atenção Primária); 4 Coordenadores e Enfermeiros do Programa Saúde da Família (PSF) ; 5 ACS, sendo o tempo médio de atuação no cargo por esses 4 anos e 4 meses. Já os 11 entrevistados da Secretaria de Assistência Social são: 3 gestores do CadÚnico (Gerência Central, Supervisão do PBF, Supervisão Regional do PBF); 2 gestores da Superint. Proteção Básica (Gerência do Banco de Alimentos e da Inclusão Produtiva); 6 Assistentes Sociais dos CRAS; 2 Coordenadores Regionais, 3 Analistas de Políticas Públicas, 1 Referência Técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O tempo médio de atuação no cargo por esses foi de 9 anos e 2 meses. Na Secretaria de Educação foram 5 entrevistados: 3 gestores da Superint. Políticas Educacionais (2

Departamento de Inclusão Social e 1 de Projetos), 2 profissionais de Escolas de Ensino Básico (1 diretor; 1 supervisor pedagógico), apresentando esses um tempo médio de atuação no cargo de 6 anos e 1 mês.

Observa-se, inicialmente, a partir da leitura das entrevistas no conjunto, sem se ter ainda realizado a categorização e análise propriamente dita desses dados, que inexistem processos de formação e capacitação dos entrevistados para trabalhar as ações do PBSM em nível municipal. O PBF configura-se como a estratégia vigente do PBSM na região, inexistindo outras ações além da instituição do Comitê Intersectorial sobre Políticas Públicas e suas reuniões.

As políticas públicas vigentes no município que possuem vínculo com o PBSM são o PBF, a tarifa social que compreende descontos para a população de baixa renda nas contas de luz e água a partir do CadÚnico, a implementação do Programa Mulheres Mil⁴ em 2012 em parcerias com o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), ações vigentes com relação ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) sem a restrita inclusão e seleção direcionada a população em extrema pobreza, falha no fornecimento das “Cestas Verdes” e subsídios em termos de alimentação devido a redefinição dos processos de licitação para sua instituição até o final de 2013.

O monitoramento das ações do PBSM vigentes e a reelaboração das políticas e ações locais direcionadas a essa população tem sido marcado por processos burocráticos, distanciados de sua realidade e das demandas em termos das questões de saúde e assistência social, principalmente. Esse cenário é exemplificado nas falas por deficiências presentes no acesso a alguns serviços públicos de relevância como atendimento continuado e especializado de saúde, grande deficiência no transporte público, precária infraestrutura urbana com falta de pavimentação das ruas nos bairros distantes do centro da cidade e dispositivos para manutenção do meio ambiente de forma salutar. Persiste a segregação espacial dessas famílias, contribuindo ainda mais para sua situação de pobreza, sem os pré-requisitos para alcançarem uma qualidade de vida satisfatória.

Não basta serem implementados benefícios referentes a políticas públicas focalizadas junto à população em extrema pobreza, visando a complementação de renda, a partir do PBF e dos demais benefícios como o Benefício de Superação da Pobreza (BSP), para redução da situação de pobreza e alcançar melhor qualidade de vida. É preciso que esses sujeitos tenham acesso a algumas garantias mínimas relacionadas aos serviços públicos como saúde, educação e assistência social, o que pressupõe a implementação ou reestruturação das políticas públicas universais vigentes, em associação as políticas públicas focalizadas como PBF, BSP, dentre outras complementações de renda, todas

⁴ Informações disponíveis em: < <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-urbana/programa-mulheres-mil>>. Acesso em junho de 2014.

essas previstas pelo PBSM. A baixa qualidade de vida da população extremamente pobre de RN é vista pelos entrevistados como reflexo da falta de acesso a esses serviços públicos em territórios marcados pela invisibilidade. Apesar da garantia de direitos antes desconhecidos pela população em vulnerabilidade social, os entrevistados apontam a prevalência de grande precariedade no acesso até mesmo das políticas públicas focalizadas pela população em extrema pobreza, devido à inviabilidade dos profissionais de saúde e assistência social realizarem buscas ativas dessa população conforme prevê a legislação.

Prevalece uma troca de informações entre esses setores e um planejamento intersetorial deficiente, marcado pela impossibilidade de articular o monitoramento das ações vigentes do PBSM e utilizar como subsídio para esse processo sistemas de informação compartilhados, esses são inexistentes. A ausência de recursos humanos suficientes para trabalhar essas questões associada à inexistência de amparo pelo governo federal nesse sentido, corroboram para essas deficiências. Os entrevistados atribuem a essa população extremamente pobre uma qualidade de vida precária e associada aos benefícios do PBSM marcada pela concepção “restrita inclusão social”. A complementação de renda não lhes garante as mínimas condições no território e de acesso aos dispositivos dos serviços públicos para oportunizar outras conquistas.

CONSIDERAÇÃO FINAL

O desenvolvimento da pesquisa prevê o levantamento de dados sobre os prejuízos sentidos na qualidade de vida sob o olhar da população em extrema pobreza beneficiária do PBSM. A articulação dessas informações poderá apontar as questões prioritárias para serem trabalhadas em favor do PBSM, propor e discutir alternativas locais que favoreçam o alcance de melhorias na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jará,J;Hidalgo,M.;Hansen,S. A cidade na perspectiva dos determinantes da saúde. In:Galvão,.C.etall.Determinantes ambientais e sociais da saúde. Washington, OPAS, 2011.

Mattei,L.Pobreza na América Latina: Diferenças intra-regionais e principais tendências. Pesquisa & Debate, SP, 2012, 23, 1(41) p. 01-24.

Medeiros,M.Medidas de desigualdade e pobreza.Brasília:Editora Univ. Brasília, 2012.

Siqueira-Batista,R.;Schramm,FR.A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. Ciência e Saúde Coletiva,2005, 10,.1, p. 129-142.

Stotz, E.N. Pobreza e Capitalismo. In: Valla, V.V.; Stotz,E.N.; Algebaile, E.B. (Orgs.) *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.